https://journals.scientia.international/SIJEdu
Scientia International Journal for Education
Vol. 1, 1 (2026) | ISSNe 3127-9201
Tipo: Artigo de pesquisa | DOI: 10.56365/mpdp9w86

Universidade e a ditadura no Brasil[1]

Michel Goulart da Silva[1*]

[1]Doutor em História; Instituto Federal Catarinense (IFC), Santa Catarina, Brasil; ORCID: https://orcid.org/0000-0002-3281-3124

* Autor correspondente: michelgsilva@yahoo.com.br.

Resumo

Neste ensaio analisa-se a interpretação de Florestan Fernandes acerca da questão da universidade no Brasil a partir do golpe de 1964. Parte-se de reflexões que discutem em especial como foi afetada sua democracia interna e o debate acerca da reforma universitária na ditadura. Procura-se demonstrar as contradições internas e externas que as universidades enfrentavam em sua formação, ainda antes do golpe, e como essas questões se relacionam com o debate acerca da reforma universitária. Para tanto, além da obra de Florestan Fernandes, mobiliza-se uma bibliografia que discute a ditadura, em um sentido geral, e a universidade, em um sentido particular, em especial depois de 1964.

Palavras-chave: Universidade; Golpe de 1964; Ditadura; Reforma universitária.

Detalhes do artigo | Avaliação por pares aberta
Editado por:
Bruno César Alves Marcelino
Avaliado por:
Natália Martins de Oliveira Gonçalves
João Luis Binde
Citação:
Silva, M. G. (2026). Universidade e a ditadura no Brasil. *Scientia International Journal for Education*, *1*(1), Artigo 17. https://doi.org/10.56365/mpdp9w86

Histórico do artigo
Recebido: 01/10/2025
Revisado: 26/03/2026
Aceito: 21/05/2026
Disponível: 12/11/2026

[1] O autor realizou pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Este ensaio desenvolve temas anteriormente discutidos em Silva (2022).

© 2026 Os autores. Publicado por Scientia.International S.L. (Espanha). Artigo de acesso aberto sob licença CC BY 4.0 (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0).

1. Introdução

Publicado originalmente em 1975, ainda durante a ditadura, o livro *Universidade brasileira: reforma ou revolução*, escrito por Florestan Fernandes, reúne um conjunto de reflexões sobre a situação da universidade nos primeiros anos após o golpe de 1964. O livro, nas palavras do próprio sociólogo,

> [...] representa o produto de conferências realizadas pelo autor no contexto da discussão das reformas de base ou "reformas de estrutura", nos anos de 1967 e 1968. Estes dois anos foram palco de uma tentativa de recuperação de espaço político pelas forças que lutavam contra o regime ditatorial. Os vários grupos empenhados no debate iam da extrema-esquerda ao radicalismo democrático (Fernandes, 2020, p. 33).

Os textos apresentados no livro mostram um estudo detalhado acerca da universidade no Brasil, procurando, entre outras questões, debater o caráter da educação superior. O eixo que estrutura sua obra, o qual procuraremos discutir neste texto, é a crítica ao modelo de universidade voltada aos interesses privados e estrangeiros e o papel que pode cumprir a educação superior em um projeto de desenvolvimento nacional. No conjunto de ensaios publicados no livro, o sociólogo mostra a relação entre a dinâmica econômica e como isso se manifesta nas políticas estatais, de tal forma a garantir a reprodução das relações de produção capitalistas, e impactando em outras esferas, como a política e a cultura. Cabe lembrar que

> [...] o processo de expansão do capital tende a reorganizar o espaço social da educação segunda sua própria racionalidade, entretanto, não o fazendo apenas do ponto de vista econômico: no ato mesmo da reorganização econômica, a esfera de natureza simbólico-cultural altera-se, para constituir-se de valores e signos próprios da produção econômica, no contexto de tecnificação da política e da cultura. Portanto, a um só tempo, redefinem-se ações de natureza pública e privada, nas mais variadas atividades humanas no âmbito do Estado e da sociedade civil (Sguissardi & Silva Júnior, 2001, p. 80).

Florestan Fernandes foi um dos mais importantes intelectuais brasileiros. Para além de sua produção acadêmica, que reúne contribuições fundamentais para o desenvolvimento da sociologia no Brasil, elaborou aportes imprescindíveis em temas como a questão racial, educação e, também, acerca da dinâmica histórica, econômica e política do Brasil. No contexto anterior ao golpe, atuou ativamente na defesa das chamadas "reformas de base", das quais a reforma universitária era uma dessas reivindicações. Depois de 1964, por conta de suas atividades políticas, foi perseguido pela ditadura, sendo inclusive exonerado da Universidade de São Paulo (USP) por força do AI-5, em 1969.

Neste ensaio analisam-se elementos da obra *Universidade brasileira: reforma ou revolução*, de Florestan Fernandes. Partindo de suas contribuições, analisa a universidade no Brasil durante a ditadura, em particular como foi afetado seu funcionamento interno depois do golpe de 1964 e o debate acerca da reforma universitária.

2. A universidade no Brasil

O desenvolvimento das universidades e as políticas públicas para a educação superior estão voltadas para o atendimento dos interesses das classes dominantes. Segundo Fernandes (2020, p. 91), "as classes dominantes procedem como se fossem sensíveis e leais aos requisitos educacionais da ordem legal republicana, porque extraem desta a legitimação de seu próprio poder político". Contudo, segundo Fernandes (2020, p. 91), essas classes "opõem-se, consciente e tenazmente, à constituição e à observância de uma política educacional adequada a semelhante objetivo". Dessa forma, as classes dominantes podem

> [...] privilegiar-se educacionalmente, monopolizando a maior parte dos recursos educacionais da comunidade para seus próprios fins e eximir-se, socialmente, dos sacrifícios cívicos que poderiam resultar de uma compreensão adequada das funções da educação escolarizada no equilíbrio de uma sociedade regional republicana (Fernandes, 2020, p. 91).

No capitalismo, as ações do Estado estão voltadas a atender os interesses das classes dominantes, garantindo tanto a produção de mercadorias como o poder sobre a sociedade. Nesse sentido, considerando que "a universidade é condicionada pelo contexto no qual está inserida, seus objetivos estão necessariamente

relacionados com os interesses predominantes dos grupos organizados" (Almeida, 2012, p. 95). No que se refere à análise de Florestan Fernandes, considerando sua compreensão do desenvolvimento econômico do Brasil, deve-se considerar as contradições internas e externas a que a universidade está submetida. Referindo-se ao contexto mais amplo, em sua obra *A revolução burguesa no Brasil*, publicada em 1975,

> [...] o sociólogo aponta que o padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil se caracteriza a partir de uma dupla polarização, que se constitui internamente por meio da articulação entre o setor arcaico ao setor moderno (ou urbano-comercial e industrial) e externamente pela articulação entre o complexo agrário-exportador interno e as economias capitalistas centrais (Silva, 2013, p. 57).

No processo de desenvolvimento econômico, combinam-se a transformação capitalista e a dominação burguesa, expressa tanto pelas contradições internas de classe como pela relação entre os diferentes países. Segundo Fernandes (2005, pp. 339–340),

> [...] essa combinação se processa em condições econômicas e histórico-sociais específicas, que excluem qualquer probabilidade de "repetição da história" ou de "desencadeamento automático" dos pré-requisitos do referido modelo democrático-burguês.

Partindo dessa compreensão, analisando a educação superior no contexto imediatamente posterior ao golpe de 1964, Fernandes (2020, p. 63) afirmava que a universidade vivia "a pior crise com que já se defrontou durante sua curta formação no Brasil", apontando "três ameaças principais" que pairavam "sobre ela e sobre a natureza de sua contribuição educacional". Uma delas era o que o sociólogo chamava de "tutela exterior", que se referia aos próprios limites do desenvolvimento das universidades, que, diferente das "escolas superiores" que existiam antes no Brasil, "nasceram, cresceram e se expandiram sob um clima de grande liberdade intelectual" (Fernandes, 2020, p. 65).

O surgimento da educação superior no Brasil está relacionado diretamente à educação dos setores de elite, redundando num ensino voltado para um pequeno segmento da população e tendo como objetivo a formação de força de trabalho para demandas locais. Com isso se tinha uma educação homogênea, voltada para um público específico e definido, em áreas como direito, medicina e engenharia. Com a criação das universidades, o objetivo da educação superior se modificou. Segundo Fernandes (2020, p. 65),

> [...] a diferenciação recente da sociedade, com sua repercussão na organização do econômico, social e político, fez com que essa homogeneidade fosse condenada e desaparece aos poucos. Não só setores extensos do corpo docente e discente passaram a ser recrutados em várias camadas sociais: a própria ideia de universidade impôs um ideal de autonomia, que implicava nova tomada de posição diante das tendências à democratização vigente na sociedade inclusive.

Nesse sentido, a universidade deixou de ser uma escola de formação superior para representantes das classes dominantes locais e passou a incorporar segmentos de diferentes setores da sociedade. Isso implicou também em uma nova organização do espaço acadêmico, marcado pelo livre debate, pela autonomia institucional e, principalmente, pela relação com os interesses políticos de um projeto de nação. Nas palavras de Fernandes (2020, p. 66), "o ideal de construir a universidade passou a associar-se, definitiva e crescentemente, ao ideal correlato de envolver o universitário nos dilemas econômicos e políticos de sua comunidade".

Essas reflexões de Florestan Fernandes se remetem ao crescimento visível na década de 1950, tanto na urbanização como na expansão industrial e no aumento demográfico. Nesse contexto, as universidades "recebiam jovens influenciados pelas novas tendências, mas eram instituições atrasadas, planejadas para outra época, quando a demanda era por pequenos magotes de bacharéis" (Motta, 2014, p. 66). Expressando a transformação pela qual passava a sociedade, percebe-se "a tomada de consciência, por vários setores da vida nacional, da estagnação em que se encontravam as universidades brasileiras" (Fávero, 2000, p. 99). Esse processo marcou tanto a sociedade como a universidade na década de 1960.

3. O golpe e as universidades

O projeto de universidade analisado por Florestan Fernandes, ainda bastante embrionário marcado por limitações provocadas pelos problemas materiais da sociedade brasileira, foi colocado em risco pelo golpe de 1964. Os setores golpistas tinham delimitados os seus objetivos para as universidades:

> [...] o que querem é restabelecer a antiga homogeneidade que existia na interação das "escolas superiores" com os interesses e os valores de certos segmentos da sociedade. No fundo tentam introduzir em nosso meio uma nova e perniciosa modalidade de controle – o *controle ideológico* – pelo qual esperam assegurar-se uma drástica e limitada tutelagem sobre a composição, a estrutura e o funcionamento da universidade brasileira. Trata-se de um desígnio reacionário, porque pressupõe uma volta ao passado e, o que é pior, a práticas adulteradas que nele não encontravam nem poderiam encontrar eco (Fernandes, 2020, p. 67).

Portanto, o projeto da ditadura não passava tanto por uma mudança estrutural nas universidades, que poderiam ser utilizadas na consolidação do projeto de nação pensado pela ditadura, mas pela consolidação do controle ideológico e pelo enfraquecimento da autonomia dessas instituições. Além disso, essa questão do projeto golpista para as universidades se liga à segunda ameaça apontada por Fernandes (2020, p. 63), no qual "o radicalismo intelectual é focalizado como um mal em si mesmo e como um perigo para a sociedade". O que o sociólogo chama de "radicalismo" nada mais era do que a necessidade de liberdade da ciência, sem as amarras de critérios ou políticas externas que pudessem impedir os profissionais das universidades de utilizar os métodos e ferramentas disponíveis para poder realizar suas pesquisas. Contudo, com o ascenso da ditadura, o controle ideológico e a perseguição política passaram a marcar o cotidiano das universidades, contando inclusive com a conivência de parte da intelectualidade do período.[2] Nesse processo, o regime "se empenhou em fazer uma 'limpeza' das instituições universitárias para eliminar seus inimigos, o que provocou prisões, violência, exílio, demissões de docentes e exclusão de estudantes" (Motta, 2014, p. 64).

Essa intervenção sobre as instituições se manifestou na criação de mecanismos de controle do trabalho nas universidades e da produção de conhecimento. O controle ideológico também se expressava em mecanismos de acompanhamento das atividades realizadas por docentes e pesquisadores. Segundo Fernandes (2020, pp. 69–70),

> [...] a tendência a avaliar a produção intelectual (ou os requisitos dessa produção) dos universitários à luz de critérios exteriores e irremediavelmente ideológicos conduz a um beco sem saída. Se os que se arvoram juízes da situação não pretendem ser, também, os algozes da ciência e da tecnologia científica, impõem-se que eles façam uma rotação copernicana, que ajuste suas ideologias, pelo menos, aos interesses e aos valores sociais de uma sociedade capitalista.

Dessa forma, a produção de conhecimento não deveria responder a necessidades concretas da sociedade, mas diretamente aos interesses externos de grupos políticos e econômicos. Uma das expressões disso passa pela elaboração de ideologias que pudessem auxiliar na manutenção do regime, especialmente enfatizando aspectos como a modernização das instituições ou o desenvolvimento econômico.[3] Segundo Ianni (2019, p. 28),

> [...] numa sociedade em que o debate político estava proibido e a expropriação do proletariado e campesinato alcançava índices excepcionais, era importante "legitimar" a ditadura por meio da ideologização da sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização etc. da política econômica.

Essa perspectiva se concretiza também na política para as universidades. Caso se quisesse dar continuidade ao processo então em curso, seria preciso apontar para a necessidade de desenvolver ciência e tecnologia, ou seja, a necessidade de também formar cientistas e técnicos. Contudo, essa formação deveria estar voltada para o fortalecimento do projeto em construção pela ditadura, não precisando, portanto, de um amplo sistema de

[2] Uma série de pesquisas mostram a atuação de intelectuais durante a ditadura, sendo possível verificar uma sistematização dessa discussão em Silva (2024).

[3] O debate sobre a modernização e sua relação com a produção de ideologias durante a ditadura foi discutido em Silva (2012).

educação pública e gratuita que garantisse o acesso a todos que quisessem fazer um curso superior; bastaria garantir a formação técnica do número de profissionais que fossem necessários. Para Fernandes (2020, p. 68),

> [...] sem dúvida, podemos construir "escolas superiores" (como no passado) ou universidades (como se pretendia recentemente). Todavia, algo é iniludível. Se prevalecer o último objetivo, impõe-se criar um clima novo para que o *técnico* e o *homem de ciência* sejam possíveis. O critério de eficácia e o critério de verdade, que ambos procuram, não se adaptam a nenhuma sorte de controle ideológico. Se o controle ideológico for mais forte que a tecnologia moderna e a ciência, então não queremos a civilização baseada em ambas e poderemos prescindir dos dois tipos de personalidade.

Portanto, o que se tem como ameaças é o cerceamento da liberdade na produção do conhecimento e seu atrelamento ao projeto de desenvolvimento capitalista defendido pela ditadura. Esse contexto se relaciona com a terceira ameaça, que é "a aspiração de isolar-se o jovem do fluxo de reconstrução da sociedade" (Fernandes, 2020, p. 63). Trata-se de um contexto no qual o sociólogo observa uma realidade em transformação, onde

> [...] a implantação da ordem social competitiva e a expansão do capitalismo no Brasil fomentaram uma realidade nova: o padrão de êxito tende a deslocar-se para outra esfera, na qual conta menos a experiência acumulada que a chamada capacidade para a experiência nova. Isso se refletiu na área do ensino (particularmente do ensino superior), suscitando no jovem anseios novos: de um lado, de autoafirmação, de outro, de domínio das técnicas associais que asseguraram eficácia à capacidade de lidar com a "experiência nova" (Fernandes, 2020, p. 70).

O sociólogo critica a perspectiva conservadora que associa os jovens a uma postura subversiva e que, no caso da ditadura, justifica sua postura de tolher a livre manifestação nas universidades. O sociólogo entende que não existe uma natureza rebelde inata aos jovens, mas sua formação, como a de qualquer outro segmento da sociedade, é determinada pelas condições materiais. Segundo Fernandes (2020, pp. 70–71),

> [...] a subversão, se existe, não está só dentro do jovem; ela parte do exterior, de uma sociedade que se renova e exige um novo tipo de juventude. Entender o jovem brasileiro com estreiteza, a este respeito, equivale a destruir a nossa futura participação nos desenvolvimentos da civilização moderna em nosso meio. Ele constitui a única garantia, que nos resta, de que a superação do atraso e da dependência culturais é uma questão de tempo.

Ou seja, é a sociedade em transformação, incapaz de garantir a realização das promessas de futuro que apresenta, que em certa medida faz do jovem um "subversivo". Nesse sentido, estavam equivocados os ditadores da época quando viam o jovem como um "instrumento" das "forças de esquerda". Essa perspectiva era criticada por Florestan Fernandes, que afirma: o jovem "não é um perigo social nem é um perigo em si mesmo. Contudo, ele poderá tornar-se muito perigoso, se receber uma educação frustrada e alienada socialmente, ignorante dos dilemas que pesam sobre o país e sobre a própria juventude" (Fernandes, 2020, p. 71).

Contudo, denunciar essas ameaças e apontar a importância das universidades não significava que Florestan Fernandes visse a situação da educação superior anterior ao golpe como perfeita. Pelo contrário, entre vários dados sobre a situação do ensino, o sociólogo apontava que havia 155.781 matrículas do ensino superior em 1965, que representavam 1,27% da matrícula global. Essa porcentagem contrasta com o ensino médio, que concorria em 17,52%, e o ensino primário, com 81,11%. Esses dados levam Fernandes (2020, p. 79) a concluir: "o ensino superior brasileiro é, basicamente, um ensino de *elite* e para *elite*". Esses problemas se concretizam, entre outras coisas, no fato de que "a proporção de pessoas com formação superior, na população escolarizada e no conjunto da população, é quase ínfima" (Fernandes, 2020, p. 87). Além disso, aponta que, por conta da "predominância dos interesses econômicos, sociais e políticos de *elites* culturais ralas e egoístas, o ensino superior foi praticamente confinado à função de preparar profissionais liberais" (Fernandes, 2020, p. 87). Conclui, nesse sentido, que

> [...] a sociedade brasileira não conseguiu imprimir ao desenvolvimento do ensino um mínimo de homogeneidade e de intensidade. As flutuações regionais e, principalmente, os interesses de classe

> introduziram graves distorções na mobilização dos recursos educacionais ao nível do ensino superior (Fernandes, 2020, p. 87).

Florestan Fernandes destaca que a expansão das universidades quebrou o monopólio da educação pelos setores tradicionais da sociedade. Destaca que, de 1800 a 1889, foram criados no Brasil 14 estabelecimentos de ensino superior, enquanto, de 1890 a 1929, foram criadas mais 64 instituições. Esse crescimento é ainda maior entre 1930 e 1960, quando foram criados mais 338 estabelecimentos de ensino superior. Só na década de 1950 foram 178 novos estabelecimentos de ensino superior. A matrícula geral aumentou, num período de 30 anos, quase seis vezes, passando de 27.501, em 1935, para 155.781, em 1965. Contudo, esses elementos não podem ser vistos apenas como números, mas tomando o conjunto de dados, considerando as contradições da sociedade:

> o que está ocorrendo é mais um desnivelamento dos privilégios educacionais daquelas *elites*, que um autêntico processo de democratização universal das melhores oportunidades educacionais. As classes médias em formação ou em crescimento compartilham extensamente velhos ou novos privilégios (Fernandes, 2020, p. 87).

Portanto, apesar dos avanços e da possibilidade de incorporar no ensino superior diferentes setores da sociedade, as universidades ainda permaneciam sendo um espaço ocupado por uma pequena parcela da população, sendo perceptível "um ideal de educação, de dominação do Estado e de monopólio social do poder que é, por natureza, antirrepublicano e extrademocrático" (Fernandes, 2020, p. 91). Esses problemas se expressavam inclusive na própria organização das universidades. Na década de 1960, as universidades estavam

> [...] em torno dos professores catedráticos, docentes prestigiados e bem-remunerados, com total poder sobre as respectivas áreas do saber. Os catedráticos tinham a prerrogativa de selecionar pessoalmente seus assistentes, professores e pesquisadores, bem como definir os programas de ensino. Os cargos eram vitalícios, e esse poder gerava, por vezes, práticas nepotistas, como a contratação de parentes para atuar como auxiliares de cátedra (Motta, 2014, pp. 66–67).

Contudo, as cátedras não eram o único problema que marcava as universidades. Sua estrutura administrativa não garantia seu pleno funcionamento. Existia, nessas instituições,

> [...] uma junção frágil de faculdades virtualmente autônomas. Os diretores tinham dotação orçamentária recebida diretamente do governo federal, contratavam e gastavam sem responder ao reitor. Até a seleção de novos alunos era feita de maneira descentralizada, cada faculdade com seu próprio exame vestibular (Motta, 2014, p. 67).

Esses temas, bem como outros problemas enfrentados pelas universidades, foram discutidos no livro por Florestan Fernandes. O sociólogo se dedica a discutir tanto o tema das concepções de universidade em disputa como analisa as propostas e ações promovidas pela ditadura.

4. Reforma universitária

No contexto anterior ao golpe de 1964, a demanda por uma reforma universitária foi incorporada às reformas de base, anunciadas no governo João Goulart. Contudo, remetendo-se ao golpe de 1964, que procurou desarmar os movimentos sociais articulados em torno das reformas de base, Fernandes (2020, p. 105) aponta que a ditadura

> [...] elevou-se ao poder com duas ambições. Primeiro, destruir o processo em curso, que fazia da "crise da escola superior" uma "crise do controle conservador" da universidade. Segundo, equacionar a "solução conservadora" da *reforma universitária*, canalizando as alterações qualitativas inevitáveis em um sentido aparente puramente técnico, mas, de fato, dominado pelo afã de criar novos mecanismos de tutelagem conservadora do ensino superior e do tipo emergente de universidade.

Embora a proposta tenha nascido como parte da luta de movimentos sociais antes do golpe de 1964, a reforma universitária realizada poucos anos depois foi aquela imposta pela ditadura. Motta (2014, p. 66) aponta que, como aconteceu com outras políticas durante a ditadura, "na educação superior o regime se

apropriou de projetos em debate nos anos anteriores a 1964 e os implantou à sua maneira". Fernandes (2020, p. 34), fazendo um balanço sobre a implantação da reforma, aponta que as "forças conservadoras e contrarrevolucionárias no poder" não apenas "esvaziaram a reforma de seu conteúdo democrático e inovador", como "castraram-na por completo, pulverizando ainda mais a universidade conglomerada e retirando dela qualquer vitalidade cultural ou política". Nesse processo,

> [...] a universidade foi esterilizada politicamente e, diga-se de passagem, com a franca e aberta colaboração de professores e estudantes adeptos da contrarrevolução e do regime ditatorial. O que contribuiu para que ela se convertesse, nos últimos dez anos, na "universidade do silêncio" (Fernandes, 2020, p. 35).

Portanto, a partir do golpe de 1964, há um processo que passa pela articulação entre repressão, cooptação de profissionais de educação e elaboração de políticas que, distorcendo os debates realizados pelos movimentos favoráveis à reforma de base, apontavam para uma modernização da instituição universitária segundo critérios econômicos capitalistas e esvaziada de seu conteúdo político transformador. Esse processo se materializou na Reforma Universitária, transformando as instituições de ensino superior e aprofundando seu caráter elitista e excludente. Cabe destacar que essa reforma não foi instituída apenas pela Lei 5.540/68 e os decretos que a regulamentam, abarcando

> [...] desde os elementos abertamente coercitivos, como o AI-5/1968 e o Decreto 477/1969, e mudanças operadas no âmbito do Conselho Federal de Educação (CFE), facilitando a exponencial expansão privada, medidas acompanhadas de alterações na legislação tributária, objetivando ampliar o repasse dos recursos públicos para as privadas, bem como as políticas de crédito subsidiado aos estudantes para aquisição de vagas na rede privada (Programa de Crédito Educativo – Creduc, 1976). Fazem parte da reforma as novas regras para seleção dos estudantes, por meio da unificação dos vestibulares por estado, a elaboração dos exames não mais pelas universidades, mas por organizações afins ao projeto educacional da ditadura (Fundação Cesgranrio e outras) e, objetivando colocar um fim na figura dos excedentes, a alteração dos critérios de acesso, impondo o sistema classificatório (Leher, 2019, p. 49).

Essas mudanças expressam o objetivo de ampliar o controle do governo sobre as universidades, não impactando apenas essas instituições. Observa-se que, com a reforma universitária, também foram realizadas

> [...] mudanças na forma de fomento à ciência e tecnologia, deslocando todo o aparato para fora do âmbito das universidades, especialmente para o setor do aparato do estado que era considerado o cérebro do planejamento da ditadura: a Secretaria de Planejamento da Agricultura e Desenvolvimento do Brasil (Seplan), especialmente no período da gestão do ministro Delfim Netto (Leher, 2019, pp. 49–50).

Esse conjunto de medidas da ditadura teve consequências que ainda perduram nas universidades, principalmente o escoamento de recursos públicos para a educação superior privada. Segundo Rubião (2013, p. 125), uma das

> [...] consequências da lei de 1968 foi o aumento considerável das instituições de ensino superior privado. Estas foram responsáveis pelo acolhimento da grande quantidade de estudantes, advindos do fenômeno da massificação, que começava a ocorrer no ensino superior brasileiro. Além disso, tinha início o sucateamento das universidades públicas brasileiras.

Essa síntese do conjunto de ações que constituíram a reforma universitária mostra o entendimento da ditadura acerca da educação superior. Fernandes (2020, p. 303) apontava "a reforma universitária consentida como uma manifestação de tutelagem política e como mera panaceia". Diante disso, afirmava:

> Não podemos aceitá-la, porque ela não flui de nossa vontade, não responde aos anseios que animam as nossas lutas pela reconstrução da universidade e não possui fundamentos democráticos legítimos (Fernandes, 2020, p. 303).

Essa consolidação de um projeto reacionário de educação superior impactou na luta pela reforma universitária, que deixava de ser o centro do debate. Na década de 1970, diante da concretização do projeto de educação implantada pela ditadura, Fernandes (2020, p. 35) apontava que

> [...] já não há mais espaço político para a ideia de uma "reforma universitária". As próprias forças conservadoras e contrarrevolucionárias adulteraram os projetos viáveis e tornaram, por isso mesmo, a recuperação da universidade mais difícil.

Em grande medida, a concepção de reforma universitária da ditadura está marcada por uma ideia de planejamento e neutralidade técnica. Segundo Ianni (2019, pp. 27–28), a ditadura "adotou o planejamento como técnica e retórica de governo", fortalecendo "o aparelho estatal – basicamente o Poder Executivo – de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital" (Ianni, 2019, pp. 27–28). Portanto, os governantes e seus funcionários "tudo fizeram para ampliar e reforçar o próprio poder de formular e pôr em prática planos e programas, em geral desdobrados em projetos" (Ianni, 2019, p. 29). Nesse processo, consolidou-se dentro do poder estatal um conjunto de profissionais, civis e militares, que sustentavam política e ideologicamente as ações do governo, sendo perceptível que

> [...] todo um imenso *exército* de funcionários passou a permear, ampla e densamente, o conjunto da sociedade, seja nos seus centros de poder (econômico, político, militar, cultural e outros), seja nos seus extremos mais distantes e longínquos de execução das decisões (Ianni, 2019, p. 62).

Essa é uma faceta fundamental da ditadura, ainda que normalmente se dê mais ênfase à sua forma militar e repressiva.[4] Contudo, essa violência está imbricada tanto com a produção de ideologias como com o processo de exploração da classe trabalhadora. Deve-se compreender que "não é a violência descarnada de classe dominante que impera no Estado. Ele é o local central de uma dominação e, mais ainda, a tensão surda e permanente provocada pelos dominados" (Fontes, 2006, p. 271). Na ditadura, "o Estado foi levado a mobilizar recursos políticos e organizacionais, científicos e técnicos, de modo a favorecer, orientar, reorientar, dinamizar ou diversificar as atividades produtivas, na indústria, agricultura, pecuária, comércio e finanças" (Ianni, 2019, p. 84). Nesse processo, "a violência do poder estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato" (Ianni, 2019, p. 85).

O título do livro de Fernandes procura refletir sobre a dicotomia entre reforma e revolução, presente na tradição da esquerda. Embora use o termo "reforma", presente nas perspectivas dos setores dos movimentos sociais que debatiam as mudanças nas universidades, para Fernandes é preciso uma reconstrução completa da universidade, não sendo possível esperar que eventuais ações pudessem resolver os problemas da sociedade brasileira. Essa transformação da sociedade estaria indissociavelmente ligada à própria transformação radical da sociedade, portanto, à revolução. Segundo o sociólogo,

> [...] a disposição coletiva por reformas sociais requer um extenso desenvolvimento prévio da institucionalização do jogo político democrático. O reformismo exige, em outras palavras, uma sociedade de estrutura democrática e que tenha possibilidade de preservar ou de aperfeiçoar a ordem social existente por meio de opções coletivas, fundadas no consenso da maioria, e imperativas. Como não existe democracia no Brasil, o reformismo, como expressão de movimentos econômicos, socioculturais ou políticos, não faz parte de uma tradição cultural e não tem viabilidade (Fernandes, 2020, p. 43).

Na situação analisada por Fernandes, em que as classes dominantes não renunciariam a suas benesses, quaisquer ações que pudessem ser chamadas de "reformas" poderiam levar a um cenário de ruptura, instabilidade e transformação social. Segundo Fernandes (2020, p. 44), se referindo às posições que poderiam ser chamadas de "reformistas",

> [...] a rigidez e o monolitismo do cerceamento conservador convertem-nas, sistematicamente, em expressão da "revolução", pouco importando se elas sejam puramente liberais e nacionalistas ou autenticamente revolucionárias. Vão contra o *status quo* como ele se define a partir do pensamento e do comportamento conservadores: caem todas no mesmo saco, suficientemente amplo para receber "subversivos" e "revolucionárias" de todos os naipes, de cambulhada com os "corruptos" de hostes conservadoras em ostracismo.

[4] Uma discussão sobre a propaganda a difusão de ideologias reacionárias durante a ditadura foi realizada em Silva (2023). Para uma compreensão mais geral sobre o anticomunismo no período, Cf. Silva (2021).

Florestan Fernandes relaciona a questão das universidades com a luta pelo fim da ditadura. O sociólogo afirma que as lutas travadas no fim da década de 1960 "fornecem o lastro que poderá suportar a nossa avançada para diante, engatando a revolução democrática emergente à reconstrução da universidade que deverá servir ao Brasil no século XXI" (Fernandes, 2020, p. 39). Nesse processo, seria preciso

> [...] deixar de lado a bandeira da "reforma universitária" como uma causa principal. Para que a universidade se renove e se reconstrua, na sociedade brasileira, é imprescindível que se implante no país uma democracia de participação ampliada e que, a largo prazo, sejamos capazes de lutar, ao lado das classes trabalhadores e das massas populares, pela transformação dessa democracia numa democracia da maioria e socialista (Fernandes, 2020, p. 39).

O período posterior das universidades se mostrou cheio de contradições, produto tanto das condições materiais em que estão inseridas como das disputas políticas que acabam afetando a educação como um todo. Na década de 1980 as universidades vivenciaram um processo de democratização interno, seja por meio da possibilidade de escolha de reitores pela comunidade acadêmica, seja pela formalização da autonomia, inscrita na Constituição de 1988, que permite aos profissionais uma relativa liberdade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Contraditoriamente, contudo, prosseguiu a expansão do ensino privado, consolidou-se a presença do privado nas universidades públicas, por meio das fundações de apoio, e a educação segue sofrendo com cortes orçamentários.

Do conjunto dessa obra de Florestan Fernandes, é possível apontar uma série de elementos que possibilitam compreender a universidade contemporaneamente. Uma delas passa pela necessidade de que as instituições devam colocar a perspectiva da pesquisa como um dos centros, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento. Ressaltava Fernandes (2020, p. 364):

> A universidade não pode procurar fora de si o conhecimento científico pronto e acabado. A ciência, como sistema institucionalizado de conhecimento, reconstrói-se e aperfeiçoa-se de modo incessante, em função do progresso do homem no domínio e na utilização de suas formas de conhecimento.

Essa necessidade de contribuir com o desenvolvimento do conhecimento científico choca-se com a própria ideia que se tem de universidade. Persiste ainda a visão de que as universidades têm a função de ensino, com uma finalidade prática e bastante palpável, ainda que a formação de qualquer profissional passe também pela extensão e pela pesquisa. Fernandes (2020, p. 369) apontava que

> [...] a sociedade brasileira só pedia às escolas superiores, no passado, que fabricassem "bons" profissionais liberais. Daí resultou uma deformação estrutural da universidade nascente, que precisa ser corrigida com urgência. As escolas superiores não intervinham na seleção e na preparação dos talentos. Essa função era desempenhada pela própria sociedade, através de critérios econômicos, sociais e políticos. Depois de graduado, os mesmos critérios continuavam a operar e o treinamento propriamente profissional e técnico se fazia por meio das oportunidades de carreira e pelo "tirocínio prático".

O rico debate acerca do caráter da universidade, envolvendo os mais diversos segmentos da sociedade, foi interrompido pelo golpe de 1964. Embora a ditadura tenha investido em pesquisa e colocado a universidade para executá-la prioritariamente, seu maior interesse estava restrito às ciências exatas e tecnológicas e era feito voltado para os interesses imediatos da burguesia e dos governos. Predominava a perspectiva da universidade como exclusivamente voltada para o ensino, a ponto de ser incentivada a criação de faculdades ou outras instituições regionais de caráter privado que deveriam garantir a formação básica de alguns profissionais, como administradores e contadores. Essa é uma perspectiva que continua a permear a política de muitos governos, onde a pesquisa é secundarizada e a universidade deve estar voltada prioritariamente para o ensino e a formação da força de trabalho.

Nessa lógica da política pública vigente, a universidade não precisa estar voltada para a produção de conhecimento, mas apenas contribuir com o setor privado nos seus interesses. Isso contrasta com as formulações de Fernandes (2020, p. 364):

> [...] para poder acompanhar os progressos incessantes dos diversos ramos do conhecimento científico, a universidade precisa produzir, por meios próprios, pelo menos algumas parcelas daqueles progressos; para poder comunicar ao meio circundante as técnicas do conhecimento científico, a universidade necessita de vias internas de descoberta, aplicação e avaliação de tais técnicas.

Portanto, os critérios para a produção de conhecimento não podem ser aqueles que atendam a interesses privados particulares, mas que, de um lado, dialoguem com a produção de conhecimento mais ampla e, em segundo, colaborem nas demandas necessárias à resolução de problemas da sociedade. Não se trata de voltar a pesquisa para os interesses imediatos de grupos particulares ou do Estado, mas apontar para possíveis soluções dos problemas econômicos, políticos e culturais enfrentados pela sociedade.

5. Considerações finais

Os temas tratados por Florestan Fernandes em seu livro permitem identificar algumas reflexões gerais acerca das universidades. Primeiro, que o golpe de 1964 e a ditadura colocaram fim a um projeto ainda não consolidado de universidade, no qual as instituições existentes, apesar de expressar o desenvolvimento econômico das décadas anteriores, ainda carregava contradições dos projetos anteriores de educação superior.

Uma segunda conclusão deixada pelas contribuições de Florestan Fernandes é que a reforma universitária da ditadura apontou para voltar a educação superior pública no sentido de um fortalecimento de seu projeto de nação ancorado em interesses econômicos particulares. Como consequência, a maior parte da população que buscava o ensino superior deveria buscar a educação privada.

E, terceiro, a necessidade de discutir um projeto de universidade não a partir de uma perspectiva de melhoria ou reforma do que existiria de ruim. Pelo contrário, seria preciso mudar completamente suas bases e estruturas institucionais, como parte da luta pela transformação da sociedade. Nesse sentido, os desafios e dilemas apresentados por Florestan Fernandes permanecem ainda vigentes e necessitam de respostas imediatas daqueles que constroem a universidade em seu cotidiano.

Referências

Almeida, M. L. P. (2012). *A pesquisa acadêmica no século XXI*. Mercado de Letras.

Fávero, M. L. (2000). *Universidade do Brasil: Das origens à construção*. UFRJ; INEP.

Fernandes, F. (2005). *A revolução burguesa no Brasil* (5ª ed.). Globo.

Fernandes, F. (2020). *Universidade brasileira: Reforma ou revolução?* Expressão Popular.

Fontes, V. (2006). Estado e hegemonia no Brasil: Alguns comentários sobre dificuldades conceituais. In S. R. de Mendonça (Org.), *Estado e historiografia no Brasil*. Eduff.

Ianni, O. (2019). *A ditadura do grande capital*. Expressão Popular.

Leher, R. (2019). *Autoritarismo contra a universidade: O desafio de popularizar a defesa da educação pública*. Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular.

Motta, R. P. S. (2014). *As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária*. Zahar.

Rubião, A. (2013). *História da universidade: Genealogia para um "modelo participativo"*. Almedina.

Sguissardi, V., & Silva Júnior, J. R. (2001). *Novas faces da educação superior no Brasil: Reforma do Estado e mudança na produção* (2ª ed.). Cortez; USF.

Silva, M. G. (2012). *Crescer com o Brasil: Planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em Santa Catarina (1970-1975)* [Dissertação de mestrado, Universidade do Estado de Santa Catarina].

Silva, M. G. (2013). O partido político em Florestan Fernandes. *Em Debate*, (8).

Silva, M. G. (2021). O anticomunismo e o golpe de 1964. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, (16), 1–5.

Silva, M. G. (2022). *Intelectuais, ditadura e luta de classes (1964-85)* [Relatório de pós-doutorado, Universidade do Estado de Santa Catarina].

Silva, M. G. (2023). Os militares e a propaganda anticomunista na ditadura. *Cadernos Cemarx*, (17), 1–17.

Silva, M. G. (2024). Os intelectuais e a ditadura no Brasil (1964-85). *Autoctonía*, (8), 493–512.